



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9243 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

MEMÓRIA DE INTERDIÇÕES AO DIREITO À EDUCAÇÃO: NARRATIVA DE DONA MALVINA DO SÍTIO SANTA RITA – RJ

Marcia Araujo Ribeiro Lima - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: UERJ/CNPQ/FAPERJ

MEMÓRIA DE INTERDIÇÕES AO DIREITO À EDUCAÇÃO: NARRATIVA DE DONA MALVINA DO SÍTIO SANTA RITA – RJ

Resumo

Como parte de um amplo trabalho de pesquisa e estudos, ainda em curso, desenvolvido em Grupo de Pesquisa CNPq, destaco a entrevista compreensiva (KAUFMANN, 2013) — abordagem metodológica de investigação — realizada com D. Malvina, no Sítio Santa Rita, no Rio de Janeiro (RJ), em contexto de trabalho de campo. O objetivo geral visava compreender emoções e sentimentos relatados por sujeitos jovens e adultos quanto a interdições sofridas para o exercício do direito à educação em alguma fase de suas vidas. Tomaram-se em conta contextos históricos e políticas socioeconômicas, culturais e educacionais nos períodos relatados. D. Malvina é trabalhadora da agricultura orgânica na região rural de Teresópolis e relatou sua vida e seus percursos escolares desde a infância até a idade adulta. Foi provocada pelos entrevistadores a narrar o que compreendia sobre o que lhe causara interdição ao direito à educação, tomada pela pesquisa segundo categorias de dor ou de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009); se a interdição deixara marcas em sua vida e se reconhecia, nessas marcas, injustiças a ela praticadas. D. Malvina ofereceu, pela narrativa, elementos constitutivos que ajudam a compor as categorias sugeridas pela autora, dando a elas novos sentidos.

Palavras-chave: Interdição ao direito à educação, dor, sofrimento ético-político, entrevista compreensiva.

O contexto da pesquisa

O trabalho de campo, no caso aqui abordado, teve como contexto o assentamento Santa Rita, localizado no meio rural de Teresópolis - RJ, onde entrevistamos D. Malvina, trabalhadora rural proprietária de um pequeno lote de terra no assentamento da localidade.

A entrevista foi desenvolvida de forma tranquila e significativa, e atendeu os objetivos da pesquisa, ocorrendo da forma como planejada.

Segundo registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Teresópolis, no último censo de 2010, era de 163.746 pessoas; a área do

município registra 770.601 km², sendo que 11.340 km² constituem a zona urbana e os 759.261 km² restantes constituem a zona rural, a uma distância de 75 km ao Norte da capital fluminense, fazendo limite com os municípios de Cachoeiras de Macacu a Leste, Guapimirim ao Sul, Nova Friburgo e Sumidouro a Nordeste, Petrópolis a Oeste, Sapucaia a Norte e São José do Vale do Rio Preto a Noroeste.

A vivência cotidiana de trabalhadores rurais, a interdição escolar comum e naturalizada nessas regiões ocorre pela falta de opção entre trabalhar e estudar, e está sempre acompanhada da desigualdade de acesso à educação, da desigualdade de oportunidades e da desigualdade de distribuição de riquezas que, segundo Göran Theborn (2010, p. 146), assim se configura “[...] desigualdade material ou de recursos, principalmente porque, nesses contextos rurais, os atores humanos demandam não só recursos materiais, mas também tecnológicos, culturais, educacionais, econômicos e sociais muito distintos”.

A entrevista compreensiva como abordagem metodológica

A pesquisa buscou, fundamentada nos estudos de Kaufmann (2013), quando afirma que práticas de entrevista compreensiva não se configuram apenas como técnica, mas também como método de trabalho com definições claras, uma produção teórica a partir dos dados, sempre associados a uma robusta fundamentação teórico-metodológica. Com estas referências, formulamos os seguintes questionamentos: o que D. Malvina compreende da própria interdição ao direito à educação e como a enuncia em sua narrativa? Como dor ou como sofrimento ético-político? Como um e outro? Que marcas/histórias essas interdições deixaram em sua vida?

Fundamentada nas concepções não apenas de Sawaia (2009), mas também de Heller (1979) quando define que *dor* é sentimento próprio da vida humana, um aspecto inevitável, algo que emana do indivíduo, das afecções do seu corpo nos encontros com os outros corpos e diz respeito à sua capacidade de sentir. Por essa conceituação, Heller (1979) reforça que o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais, pois o sofrimento só é experimentado como dor apenas por quem vive a situação de exclusão.

Buscávamos, na pesquisa, possíveis respostas para os questionamentos, considerando também a relevância dos estudos de Kaufmann (2013). O método do autor, entendendo que o trabalho etnológico com sujeitos humanos, ajuda a compreender a ancoragem que o objeto investigado carrega, reforça a necessidade de escuta atenta e qualificada de sujeitos portadores de histórias de vida singulares. Ao abrirem essas histórias a pesquisadores, estes, com audácia interpretativa, intentam chegar-se a percursos de vida de cada um dos entrevistados, com vista a formular teorias que apreendam, nesse caso, processos de dor e de sofrimento ético-político como hipóteses que poderiam sustentar sentimentos que marcaram corpo e alma de sujeitos interditados a direitos sociais, em especial o direito à educação.

Nessa perspectiva, o campo de investigação instiga a reflexão sobre si no próprio entrevistado, provocando autoexplicação sobre si mesmo e sobre o contexto no qual está inserido, principalmente porque, no dizer de Kaufmann (2013, p. 16), “[...] são nas situações de maior intensidade, mas notadamente de maior naturalidade, na interação em campo, que se revelam as camadas mais profundas de verdade”.

Primeira etapa da pesquisa/entrevista compreensiva: o auxílio de filmagem/vídeo

A entrevista compreensiva foi realizada com o auxílio de equipamento audiovisual e acompanhada do uso de um roteiro de questões previamente formuladas que contribuiu para que emergissem as histórias de vida e percursos escolares invisíveis para a sociedade, relatados/narrados por D. Malvina.

Após essas práticas de campo, o material foi transcrito e decupado a partir de referenciais teóricos selecionados, especialmente de matrizes ligadas ao direito à educação e ao sofrimento ético-político. Permitiu, assim, a emergência de outras categorias forjadas na vida da entrevistada, na perspectiva de formular compreensão crítica sobre as categorias interdição escolar, dor e sofrimento ético-político a partir de conceitos e noções imbricadas ao direito à educação.

Segunda etapa da pesquisa compreensiva: transcrição roteiro/edição de vídeo e minutagens

Depois da realização das entrevistas (de D. Malvina e de outras pessoas) na localidade rural de Santa Rita, no dia 2 de junho de 2019, passamos a trabalhar na transcrição de áudios, assistindo os vídeos completos para, em seguida, construir possíveis roteiros de edição, demarcando cenas e registrando a minutagem/decupagem de trechos em que D. Malvina, nossa especial entrevistada, relatava, nos percursos escolares desde a infância até a idade adulta, suas histórias, sobre as quais pudemos perceber as diversas interdições ao direito à educação sofridas em diferentes fases de sua vida.

Produção do vídeo: roteiro/minutagem/decupagem

O trabalho de roteirização foi experimentado pelo coletivo do GP, por ter sido, para a maioria, um exercício de primeira vez, o que exigia argúcia, capacidade de síntese e organização capaz de apresentar quem era nossa entrevistada, sem produzir sentidos outros, pelos cortes por nós propostos na totalidade da entrevista gravada. Tratava-se de um compromisso ético-político de todos nós e, ao mesmo tempo, tinha a intenção de perceber como as categorias se afirmavam, ou não, e se emergissem, o que lhes dava robustez teórica.

Tínhamos a perspectiva de vídeos com 7 a 8min de duração e, para isso, decidimos organizá-los em cenas e, como exemplo, citamos os relatos da entrevistada que situamos na cena denominada *O trabalho e a interdição do direito à educação*:

(00:55) Aí já era pra trabalhar, era tratar de porco, era arrancar inhame, cozinhar as tachas de porco, era pra mexer melado nas tachas, né. E aí foi assim a minha vida, né. Depois eu me casei, casei e aí que eu comecei a estudar com esse meu cunhado, um pouco né, pra poder aprender a fazer pelo menos uma conta.

(01:38) Naquele tempo o pai botava a gente na escola com 7 anos, e se passasse de 7 anos, 8 anos, 9 anos e se não tivesse lugar de estudar não estudava mais, era pra trabalhar né.

Observe-se, na cena, como D. Malvina relata o cotidiano sofrido de trabalho na roça, e talvez se possa vislumbrar a frustração por ter sido impedida da oportunidade de estudar e aprender de forma significativa, quando conclui: “E aí foi assim a minha vida, né?”

Em mais uma cena, localizamos a compreensão de mundo de D. Malvina que, para ela, justifica o que viveu e que talvez oculte a percepção da injustiça social que a interditou desse direito à educação e, certamente, de tantos mais na vida.

(15:07) eu acho que tudo está marcado na vida da gente. Acho que a gente já vem com esse destino da gente fazer isso, esse destino já vem. De eu ter ido pra escola, de ter parado com a escola, de ir estudar com a dona Penha. Acho que o destino já vem traçado. Deus já vem com o destino traçado. Às vezes se eu aprendesse muito, fosse uma mulher muito sabida, talvez eu ia... né...

Memória de interdições ao direito à educação: trabalho, dor e sofrimento ético-político

A narrativa de D. Malvina a respeito de sua trajetória escolar, das repetidas interrupções dos estudos relatadas em vários momentos de sua vida; da ocorrência de desabamento de uma encosta em cima da escola; depois da tragédia, a falta de outra instituição escolar na localidade de Santa Rita, permitem perceber que vivenciou a falta de escolarização e a desigualdade social e educacional como acontecimentos naturais da vida, como coisas do destino, como ocorrências designadas e determinadas por Deus — e não como interdições causadas por decisões humanas a um conjunto de direitos à existência digna, nesse caso especificamente à educação/escolarização.

A entrevistada não parece compreender esses episódios como injustiças sociais que a acometem desde a infância, por ter tido de trabalhar na roça desde pequena e, por isso, não ter podido estudar.

Do mesmo modo, D. Malvina não percebe os prejuízos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos causados em sua vida pela interdição do direito de estudar, e por não ter tido, em diversos períodos de sua existência, acesso à escolarização de forma contínua e permanente até a conclusão dos estudos. Mesmo tendo ingressado por duas vezes em instituições escolares e, depois, mais para a frente, tendo empreendido várias outras tentativas particulares de aprendizado fora da escola, em períodos da vida adulta, aos 38, 39 anos, D. Malvina não obteve sucesso: o pouco que conseguiu aprender foi a escrever seu próprio nome e uma pequena lista de palavras. Na memória de D. Malvina estão registradas marcas de interdição do direito à educação que se deixaram sequelas de dor e de sofrimento ético-político, (SAWAIA, 2009), parecem não ser por ela percebidas, ao considerar o que viveu obra de um destino inexorável.

As teorizações de Sawaia (2009) e de Heller (1979) vão ao encontro do depoimento da entrevistada quando, narrando suas memórias escolares, afirma:

Aí passou, e a vida foi assim, não estudei o pai dizia que não teve estudo. O estudo foi de um ano e pouco só. Aprendi a escrever alguma coisa, a escrever o nome e pouca, pouca coisa. Foi muito pouco tempo de escola.

Conforme registra Heller (1979), o processo de aprender está relacionado aos afetos, às emoções e também aos sofrimentos e, por isso, infere-se, a partir das memórias da entrevistada, que seu processo de aprender o pouco que sabe foi permeado, como ressalta Sawaia (2009), de sofrimento ético-político, o que, historicamente, varia de acordo com a mediação priorizada no processo de exclusão social: de raça, gênero, idade e classe, especialmente porque esse processo de exclusão causa *dor* que surge da situação social de ser tratado como inferior, de ser tratado como subalterno, sem valor, como apêndice inútil da sociedade.

Considerações (in)conclusivas

Por fim, ressaltamos que, com o foco aqui desenvolvido, nossa pesquisa colocou em teste a categoria analítica de *dor* e de *sofrimento ético-político* (SAWAIA, 2009) vivido por esta e por outros sujeitos diversos de classes populares, todos interditados do direito à educação e à escolarização. Arregimentamos, ainda, pelas narrativas de outros/outras depoentes, elementos que nos ajudassem a confirmar ou contestar a formulação da autora, e identificar como esses elementos se conectam entre si, complexificando a compreensão do que é *dor* (perspectiva individual) e do que é *sofrimento* (perspectiva coletiva) na existência social e humana.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama>. Acesso em 30 maio 2021.

HELLER, Agnes. *Teoria de los sentimientos*. 3. ed. Madrid: Editorial Fontamara S.A., 1979.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. p. 97-118. *As artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

THERBORN, Göran. Os campos de extermínio da desigualdade. *Novos Estudos*. 87. jul. 2010.